



PROCESSO : 2019 38960 000031
UNIDADE GESTORA : 38960 - Agência Tocantinense de Transportes e Obras
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2018
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 052/2019/PCA/CGE
SGD Nº 2019/09049/000753

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Agência Tocantinense de Transportes e Obras**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016 e suas alterações.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 10º da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, tendo sido entregue nesta Controladoria no dia 12 de fevereiro de 2019, fora do prazo que determina o art. 3º, II do Decreto nº 5.364/2016.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2018 estava sob a responsabilidade do servidor **Jurandir Dias Ferreira** - Contador.

b) O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº TO-003246/O, conforme certidão, às fls. 47.

2.2 Das Demonstrações Contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis de às fls. 207 a 301, relativos ao exercício de 2018, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins. (SiafeTO).



2.2.1 Balanço Orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2018, aprovado pela Lei Estadual nº 3.344, de 28 de dezembro de 2017, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2018, determinou como crédito inicial para a Agência Tocantinense de Transportes e Obras o valor de R\$ 620.178.456,00 (seiscentos e vinte milhões, cento e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), conforme Anexo 11 às fls. 231.

2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve realização da receita no valor de R\$ 63.639.260,86 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos) referente a Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, Receita Patrimonial, Transferências Correntes, Outras Receitas Correntes e Operações de Crédito.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível de execução com percentual 11,24%, bem abaixo do previsto, tendo sido emitida justificativa em item próprio em nota explicativa à fls. 305 a 307 conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	67.388.730,00	36.818.984,96	54,64
Receitas de Capital	498.900.000,00	26.820.275,90	5,38
TOTAL	566.288.730,00	63.639.260,86	11,24

FONTE: Siafe-TO Anexo 10 sem Fonte Por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
100 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
103 - Contrapartida	0,00	37.971,31	0,00
104 - Emendas Parlamentares	0,00	0,00	0,00
217 - Cota Recursos Hídricos	14.000.000,00	7.550.750,48	53,93
219 - Operações de Crédito	268.300.000,00	26.820.275,90	10,00
220 - Operações de Crédito	180.600.000,00	0,00	0,00
221 - Operações de Crédito	50.000.000,00	0,00	0,00
224 - CIDE	25.000.000,00	22.343.451,62	89,37
225 - Convênios Federais	18.788.730,00	50.595,72	0,27
226 - Alienação de Bens	0,00	618.400,64	0,00
240 - Recursos Próprios	9.600.000,00	6.217.815,19	64,77
TOTAL	566.288.730,00	63.639.260,86	11,24

FONTE: Siafe-TO - ANEXO 10 por UG (Fonte)

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 33,07%, muito abaixo da previsão, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	120.657.992,00	102.360.372,70	84,84
Despesas de Capital	539.184.197,00	115.860.593,34	21,49
TOTAL	659.842.189,00	218.220.966,04	33,07

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 - Recursos Ordinários	67.041.163,00	66.908.921,48	99,80
103 - Contrapartida	3.439.610,00	3.439.608,49	100,00
104 - Emendas Parlamentares	4.221.989,00	4.221.987,96	100,00
217 - Cota Recursos Hídricos	14.000.000,00	9.519.273,98	67,99
219 - Operações de Crédito Internas	268.300.000,00	25.330.269,17	9,44
220-Operações de Crédito Externos	180.600.000,00	69.523.648,95	38,50
221- Operações de Crédito Externa	50.000.000,00	0,00	0,00
224 - Cide	42.550.697,00	35.313.667,77	82,99
225 - Convênios Federais	18.788.730,00	632.812,94	3,37
240-Recursos Próprios	10.900.000,00	3.330.775,30	30,56
TOTAL	659.842.189,00	218.220.966,04	33,07

FONTE: Siafe-TO -Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Das Alterações do Orçamento Inicial

a) O orçamento inicial da Agência Tocantinense de Transportes e Obras foi de R\$ 620.178.456,00 (seiscentos e vinte milhões, cento e setenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais) e suas alterações no valor de R\$ 39.663.733,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e sessenta e três mil e setecentos e trinta e três reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 659.842.189,00 (seiscentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil e cento e oitenta e nove reais), conforme demonstrado no Anexo 11 – Por Fonte, às fls. 231.

b) O valor suplementado foi de R\$ 77.522.307,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil e trezentos e sete reais) (excluindo as exceções do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 3.344/2017), representando assim 12,5% do Orçamento inicial fixado para o Órgão, estando de acordo com o previsto no art. 6º da mesma Lei, a qual autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite correspondente a 12,5% em cada unidade orçamentária inicialmente fixada.

Unidade Orçamentária		Orçamento Inicial (A)	Percentual disponível para movimentação 12,5% (B)	Valor Suplementado (C)	Limite atingido (C/A) %	Saldo a suplementar (B-C)
389600	AGETO	620.178.456,00	77.522.307,00	77.522.307,00	12,5	0,00

FONTE: Relatório de Acompanhamento do limite de 12,5% para abertura de créditos suplementares – SEFAZ/SEPLAN.

2.2.1.4 Do Déficit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 236 a 238, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit no valor de R\$ 154.581.705,18 (cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e cinco reais e dezoito centavos) considerando o saldo das Transferências Recebidas (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária o resultado efetivo foi um déficit de R\$ 17.337.373,86 (dezessete milhões, trezentos e trinta e sete mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), representando 7,89% da execução da despesa, sendo emitido justificativa em item próprio em nota explicativa às fls. 305 a 307, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizadas	63.639.260,86
Despesas Executadas	218.220.966,04
Déficit	-154.581.705,18
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	138.743.968,53
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	1.499.637,21
Saldo das Transferências	137.244.331,32
Despesas Totais	219.720.603,25
Déficit	-154.581.705,18
Déficit Efetivo	-17.337.373,86

FONTE: Balanço Orçamentário

2.2.2 Balanço Financeiro

a) O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 63.639.260,86 (sessenta e três milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 141.490.670,93 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e noventa mil, seiscentos e setenta reais e noventa e três centavos), os recebimentos extra orçamentários no valor de R\$ 43.565.407,58 (quarenta e três milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e oito centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 55.049.620,31 (cinquenta e cinco



milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e trinta e um centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 218.220.966,04 (duzentos e dezoito milhões, duzentos e vinte mil, novecentos e sessenta e seis reais e quatro centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 1.499.637,21 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos), os pagamentos extra orçamentários no valor de R\$ 24.731.920,91 (vinte e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, novecentos e vinte reais e noventa e um centavos), restando saldo de R\$ 59.292.435,52 (cinquenta e nove milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 242 a 245.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 248 e 249, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em 156,27%, indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 664.344.174,85 (seiscentos e sessenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) composto pelo Imobilizado e Intangível, montante bastante expressivo que representa, em sua maioria, os bens imóveis pertencentes ao Estado. Não tendo si do registrado Dívida Fundada (Passivo não Circulante).

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, às fls. 252, demonstra um superávit financeiro de R\$ 16.137.787,75 (dezesseis milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 59.301.596,48 (cinquenta e nove milhões, trezentos e um mil, quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e oito centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 43.163.808,73 (quarenta e três milhões, cento e sessenta e três mil, oitocentos e oito reais e setenta e três centavos), conforme às fls. 250 do quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

IV) Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 31.768.650,54 (trinta e um milhões, setecentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, tendo sido registrado pelo Tesouro um direito no valor de R\$ 17.974.064,31 (dezessete milhões, novecentos e setenta e quatro mil, sessenta e quatro reais e trinta e um centavos) referente a Outros Créditos a Receber – Cota Financeira a Receber, conforme demonstrado no balancete, às fls. 279.



V) Os bens patrimoniais, móveis próprios e imóveis, estão registrados no imobilizado, às fls. 248 do Balanço Patrimonial, no valor total de R\$ 664.241.495,65 (seiscentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), sendo R\$ 113.605.779,34 (cento e treze milhões, seiscentos e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos) referente aos bens móveis e R\$ 551.276.721,70, referente a bens imóveis, deduzida a depreciação no valor de R\$ 641.005,39 (seiscentos e quarenta e um mil e cinco reais e trinta e nove centavos), havendo divergência no valores dos bens móveis com o registrado no SISPAT, sendo emitido justificativa das diferenças apresentadas às fls. 339 a 340.

VI) A conta contábil “Estoques”, às fls. 248, do Balanço Patrimonial apresenta saldo no valor de R\$ 10.634.559,20 (dez milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), que confere com a posição física e financeira por grupo de conta, às fls. 349 a 353.

VII) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 248, registra saldo no valor total de R\$ 59.292.435,52 (cinquenta e nove milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), que confere com o Balanço Financeiro, às fls. 245.

VIII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, limite de saque bloqueado somados ao saldo apresentado nas contas bancárias inclusive de aplicação financeira - poupança, não conferindo com a conciliação e os extratos, sendo emitida justificativa das diferenças apresentadas, às fls. 566, conforme discriminação abaixo:

R\$ 382.178,33 (trezentos e oitenta e dois mil, cento e setenta e oito reais e trinta e três centavos) limite de saque com vinculação de pagamento;

R\$ 13.827.230,66 (treze milhões, oitocentos e vinte e sete mil, duzentos e trinta reais e sessenta e seis centavos) limite de saque bloqueado;

R\$ 45.007.896,24 (quarenta e cinco milhões, sete mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos) nas contas bancárias específicas;

R\$ 75.130,29 (setenta e cinco mil, cento e trinta reais e vinte e nove centavos) aplicações financeiras - poupança;

IX) As contas do Passivo Circulante, às fls. 249, totalizam um saldo de R\$ 39.461.546,99 (trinta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos) correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 230.745.249,00 (duzentos e trinta milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e nove reais) e Variação Patrimonial Diminutiva de



R\$ 117.975.106,72 (cento e dezessete milhões, novecentos e setenta e cinco mil, cento e seis reais e setenta e dois centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo no período, com um montante de R\$ 112.770.142,28 (cento e doze milhões, setecentos e setenta mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), conforme demonstrado às fls. 254 a 256.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

a) A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou por suas origens e as aplicações de caixa, Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no montante de R\$ 4.242.815,21 (quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quinze reais e vinte e um centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 93.308.189,43 (noventa e três milhões, trezentos e oito mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 115.885.650,12 (cento e quinze milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e doze centavos) e das atividades de financiamento no valor de R\$ 26.820.275,90 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte mil, duzentos e setenta e cinco reais e noventa centavos) às fl. 273.

b) A Demonstração do Fluxo de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 4.262.815,21 (quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quinze reais e vinte e um centavos), que somada ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 55.049.620,31 (cinquenta e cinco milhões, quarenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e trinta e um centavos) resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 59.292.435,52 (cinquenta e nove milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício, às fls. 242, no valor de R\$ 34.217.572,71 (trinta e quatro milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), deste montante, R\$ 3.705.274,83 (três milhões, setecentos e cinco mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e três centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 30.512.297,88 (trinta milhões, quinhentos e doze mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos) a restos a pagar não processados, havendo suficiência de caixa para atendê-las, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 245.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 239, do qual foi liquidado R\$ 14.268.090,61 (quatorze milhões, duzentos e sessenta e oito mil e noventa reais e sessenta e um centavos), pago R\$ 14.215.810,07 (quatorze milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e dez reais e sete centavos) e cancelado R\$ 3.811.748,11 (três milhões, oitocentos e onze mil, setecentos e quarenta e oito reais e onze centavos), restando ainda um saldo de R\$ 6.060.387,49 (seis milhões, sessenta mil, trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e nove centavos), não sendo apresentado nenhuma justificativa.



c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls.240, foi pago R\$ 1.160.791,80 (um milhão, cento e sessenta mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos), restando um saldo de R\$ 2.773.949,39 (dois milhões, setecentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos), não sendo apresentado nenhuma justificativa.

d) Os restos a pagar de exercícios anteriores apresentam uma diferença de R\$ 84.226,01 (oitenta e quatro mil, duzentos e vinte e seis reais e um centavo), sendo os restos a pagar processados no balancete demonstram saldo menor e os restos a pagar não processados o saldo está maior, compensando assim a diferença, não sendo apresentado justificativa em nota explicativa;

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTA NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

a) O Relatório de Gestão, às fls. 50 a 198, 1163 a 1176, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.343/2017 bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.344/2017.

b) Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pela Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir

3.1 Objetivos e metas estabelecidos no PPA:

a) No relatório de gestão está demonstrado que as atribuições da Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance do objetivo, às fls. 60 e 61, definidos no Programa Temático: 1152 - Transporte e Logística.

b) Para o objetivo da Entidade, foram estabelecidas 07 (sete) metas regionalizadas, cuja execução, em análise, indica um bom desempenho, conforme análise e justificativas nos demonstrativos as fls. 66 a 78.

c) Constatou-se um total de 60 (sessenta) metas não regionalizadas, das quais apenas 03 (três) foram executadas de acordo com o planejado, conforme análise e justificativas nos demonstrativos às fls. 79 a 139.



3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 02 (dois) indicadores, com nível satisfatório para a Entidade, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 63 a 64.

3.3 Ações temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO) detalhadas no quadro abaixo, durante o exercício de 2018, as 24 (vinte e quatro) ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1152 - Transporte e Logística, representaram um orçamento autorizado de R\$ 615.956.860,00 (seiscentos e quinze milhões novecentos e cinquenta e seis mil oitocentos e sessenta reais), às fls. 141 a 189.

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira							Metas Físicas				
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Prevista	Realizado	Execução
Programa - 1152 – Transporte e Logística											
4122	471.000,00	944.767,00	1.415.767,00	1.087.110,57	1.043.669,39	76,78 %	73,71 %	Rodovia fiscalizada	500	4.570	914,00 %
4164	24.040.000,00	27.171.648,00	51.211.648,00	33.156.720,27	16.849.481,06	64,74 %	32,90 %	Malha viária pavimentada recuperada	2.000	4.148	207,40 %
4163	10.591.000,00	-8.870.862,00	1.720.138,00	662.256,81	642.569,27	38,50 %	37,35 %	Malha viária não pavimentada recuperada	2.000	8.292	414,60 %
4120	102.261.000,00	-13.030.484,00	89.230.516,00	2.870.511,42	2.754.645,67	3,21 %	3,08 %	Rodovia pavimentada	100	38	38,00 %
4026	23.891.000,00	1.142.407,00	25.033.407,00	386.188,44	0,00	1,54 %	0,00 %	Obra de arte especial construída/reforma	600	0	0,00 %
4130	1.401.000,00	-206.914,00	1.194.086,00	135.422,85	99.252,68	11,34 %	8,31 %	Rodovia segura	8.000	8.906	111,32 %
3073	33.120.000,00	-8.000.000,00	25.120.000,00	400.000,00	381.835,92	1,59 %	1,52 %	Ponto Crítico Eliminado	20	0	0,00 %
3048	19.070.000,00	18.125.453,00	37.195.453,00	25.930.486,77	25.830.327,66	69,71 %	69,44 %	Rodovia pavimentada	30	36	120,00 %
3041	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Rodovia vicinal melhorada	100	0	0,00 %
3042	16.905.000,00	-3.478.098,00	13.426.902,00	5.032.493,62	4.486.551,82	37,48 %	33,41 %	Estrada vicinal melhorada	600	145	24,16 %
3062	8.230.000,00	0,00	8.230.000,00	32.400,00	32.400,00	0,39 %	0,39 %	Equipamento adquirido	100	1	1,00 %
3059	75.070.000,00	-14.001.037,00	61.068.963,00	34.707.462,22	31.801.178,03	56,83 %	52,07 %	Rodovia estadual restaurada	2.157	1.603	74,31 %
4039	12.913.000,00	1.449.673,00	14.362.673,00	1.462.672,23	1.462.672,23	10,18 %	10,18 %	Projeto Elaborado	1.700	1.177	69,23 %
3074	35.210.000,00	0,00	35.210.000,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Rodovia Pavimentada	30	0	0,00 %
4003	7.410.000,00	0,00	7.410.000,00	955.535,45	579.928,12	12,89 %	7,82 %	Projeto PDRIS desenvolvido	100	40	40,00 %
4006	12.294.000,00	15.526.588,00	27.820.588,00	24.133.724,97	21.120.467,41	86,74 %	75,91 %	Residência rodoviária assistida	7	7	100,00 %
4076	748.000,00	-28.000,00	720.000,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Banco de Dados Georeferenciado	100	66	66,00 %
4311	832.000,00	-1.000,00	831.000,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Rodovia estadual com faixa de domínio regularizadas.	200	220	110,00 %
4106	132.000,00	2.181.730,00	2.313.730,00	2.283.729,91	0,00	98,70 %	0,00 %	Estrada vicinal melhorada	3.000	2.413	80,43 %
4082	593.000,00	12.694.181,00	13.287.181,00	10.080,00	2.780,00	0,07 %	0,02 %	Rodovia sinalizada	500	42	8,40 %
4121	181.719.730,00	11.206.896,00	192.926.626,00	39.030.975,13	35.803.502,67	20,23 %	18,55 %	Via urbana pavimentada.	2.950	137.545	4.662,54 %
4114	1.254.000,00	-443.126,00	810.874,00	4.796,00	4.796,00	0,59 %	0,59 %	Posto de pesagem operacionalizado	15	14	93,33 %
4162	431.000,00	-1.000,00	430.000,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Nº de PRAD elaborado e/ou executado	6	5	83,33 %
4167	4.721.000,00	266.308,00	4.987.308,00	2.732.576,97	1.952.339,23	54,79 %	39,14 %	Nº de licenças/autoriz./rel. elab./Obtidas.	40	102	255,00 %
Total	573.317.730,00	42.639.130,00	615.956.860,00	175.015.143,63	144.848.397,16	28,41 %	23,51 %				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA





b) Depreende-se da análise acima que a Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO apresentou, de forma geral, um baixo desempenho orçamentário, tendo empenhado 28,41% dos recursos autorizados.

c) Constatou-se que na ação 3074, não houve execução física e nem financeira, sendo os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis das ações considerados insuficientes, conforme análise e justificativas nos demonstrativos às fls.170.

d) As ações 4122, 4130, 4164, 4163, 4121, 4167 com execução financeira de 76,78%, 11,34%, 64,74% e 38,50%, 20,23%, 54,79%, respectivamente, tiveram ultrapassada a execução da meta física planejada em 914,00%, 111,32%, 207,40%, 414,60%, 4.662,54% e 255,00%, respectivamente, tendo sido apresentado o esclarecimento pelo responsável da ação, porém é preciso considerar que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é necessário mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação, conforme análise e justificativas, às fls. 141 a 149, 154 a 157, 1165 a 1167 e 1172 a 1176.

e) Já as ações 4120, 3042, 4003 e 4082, tiveram uma baixa execução financeira de 3,21%, 37,48%, 12,89%, e 0,07%, respectivamente e uma baixa execução da meta física planejada em 38,00%, 24,16%, 40,00% e 8,40%, sendo os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis consideradas insuficientes conforme demonstrativos, às fls. 150,151, 162, 163, 171, 1163 e 1164.

f) Especificamente quanto às ações 4026, 3073, observou-se baixo desempenho financeiro 1,54%, e 1,59%, e inexecução da meta física, tendo sido apresentado os esclarecimentos pelos responsáveis das ações, conforme as análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 152, 153, 158.

g) Nas ações 4076, 4311, e 4162, não houve execução financeira, no entanto, alcançaram 66,00%, 110% e 83,33% da execução da meta física planejada, sendo os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis das ações considerados insuficientes, conforme as análises e justificativas, nos demonstrativos, às fls.174 a 176, 187, 1170 a 1171.

3.4 Ações de gestão

A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, como total 03 (três) de gestão financeira representaram um orçamento autorizado de R\$ 43.885.329,00 (quarenta e três milhões oitocentos e oitenta e cinco mil trezentos e vinte e nove reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 98,45% de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 191 a 194.



Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
4272	Promoção da Segurança de Trabalho Coletivo e Individual	215.800,00	-215.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %
4198	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	4.259.385,00	2.062.393,00	6.321.778,00	5.642.275,56	5.386.661,80	89,25 %	85,20 %
4222	Manutenção de Recursos Humanos	42.385.541,00	-4.821.990,00	37.563.551,00	37.563.546,85	37.473.609,20	99,99 %	99,76 %
Total Geral		46.860.726,00	-2.975.397,00	43.885.329,00	43.205.822,41	42.860.271,00	98,45%	97,66%

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES;

a) No que concerne a Agencia Tocantinense de Transportes e Obras não houve recebimento de recursos de convênios da União, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 212. No entanto, foi informado no Relatório de Gestão, às fls. 197, convênio da Fonte 225 no valor de R\$ 68.635.706,51 (sessenta e oito milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e seis reais e cinquenta e um centavos) e anexada Planilha às fls. 1179, cumpre informar, que mediante consulta SICONV, conforme documentos às fls. 1182 a 1192, por meio do Convênio nº 874727/2018, observou-se que o convênio foi assinado em 31/12/2018, sendo publicado no Diário Oficial da União em 08/01/2019, com início de vigência em 08/01/2019 e término de vigência em 08/01/2021, não havendo, portanto, transferência de recursos no exercício de 2018.

b) Houve transferências a municípios na ordem de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme demonstrado Anexo 2, às fls. 210. Constan também, pagamentos a municípios inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados por Natureza de Despesa Paga, conforme consulta SIAFE-TO, na ordem de R\$ 577.000,00 (quinhentos e setenta e sete mil reais), às fls. 1194, perfazendo um total de R\$ 3.077.000,00 (três milhões, setenta e sete mil reais) de transferências concedidas Municípios, referentes a processos dos exercícios de 2014 e 2017, conforme consulta Relação de Ordem Bancárias Pagas Por Natureza de Despesa no SiafeTO, às fls. 1193.

c) Consta às fls. 1177 e 1178, relação de 15 (quinze) Convênios de Emendas Parlamentares no valor de R\$ 4.044.383,19 (quatro milhões, quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e dezenove centavos), firmados em 2018 dos quais não houve transferências, que restou empenhado no exercício em análise, conforme se verifica no Anexo 11, às fls.231.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

a) Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

b) Com base na Instrução Normativa CGE nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria, foram analisados da Agência Tocantinense de Transportes e Obras 02 (dois) processos, sendo 01 (um) concernente à adesão em ata de registro de preços e 01 (um) de dispensa de licitação, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

6. FISCALIZAÇÕES E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2018 não foi realizada nenhuma auditoria, inspeções ou fiscalização na Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO, ressaltamos, porém que no exercício em análise foram realizadas 15 (quinze) auditorias, inspeções e fiscalizações, nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionado:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETO	ENCAMINHAMENTO
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 109/2019-GABSEC (SGD nº 2019/09049/000410). Protocolo de recebimento no TCE nº 01934/2019.
Inspeção	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 120/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000472). Protocolo de recebimento no TCE nº 01714/2019.
Inspeção	Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça	Inspeção com o objetivo de verificar a situação dos contratos vigentes, seus aditivos, sua execução, suas vigências, rescisões, bem como a designação de seus respectivos fiscais, paralizações, saldos e causas que porventura motivam prejuízo ao erário.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 706/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003975). Protocolo de recebimento no TCE nº 07988/2018.
Inspeção	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes.	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 870/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/005143). Protocolo TCE nº 10001/2018.
Inspeção	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura	Inspeção com o objetivo de verificar a regular aplicação dos recursos de Adiantamento/Suprimentos de Fundos, bem como análise de prestações de contas.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 67/2019 GABSEC (SGD: 2019/09049/000274), Protocolo de recebimento no TCE nº 00712/2019.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Realizar trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análises inerentes às despesas em curso naquela Pasta.	Foi encaminhado à SESAU relatório indicando sugestão de melhorias





Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Averiguar Eventual Sobrepreço nos Serviços Prestados pela empresa INTENSICARE.	Encaminhado ao TCE e MPE por meio dos Ofícios nº 721/2018 (SGD nº 2018/09049/004027) e nº 701/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003947). Protocolo de recebimento no TCE – nº 08076/2018.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Realização de um levantamento dos pagamentos realizados pela SES-TO à pessoa Jurídica Litucera Limpeza e Engenharia Ltda.	Encaminhado ao TCE por meio de Ofício nº 277/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/001513) e ao MPE por meio de Ofício nº 276/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/001512). Protocolo de recebimento no TCE – nº 04128/2018.
Inspeção	Secretaria de Estado da Saúde	Averiguar eventuais fatos ocorridos no almoxarifado do Hospital Dona Regina.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 110/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000414) e ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 1029/2018 GABSEC (SGD nº: 2018/09049/006039). Protocolo de recebimento no TCE – nº 01715/2019.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Saúde	Avaliar a possível incompatibilidade de horários do fisioterapeuta Raphael Campos dos Santos, através de Relatório – SGD Nº 2018/09049/5357.	Encaminhado ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 963/2018 GABSEC (SGD nº: 2018/09049/005753).
Inspeção	Junta Comercial do Estado do Tocantins	Verificar a boa e regular aplicação dos recursos em contratação direta por inexigibilidade de licitação, abastecimento de veículos, diárias, adiantamentos, bem como, suas prestações de contas e despesas com postagens (correios).	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício nº 107/2019 GABSEC (SGD nº 2019/09049/000400). Protocolo de recebimento no TCE - nº 01609/2019.
Auditoria	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Realizar Auditoria Governamental Extraordinária no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, com o objetivo de verificar os fatos relatados na denúncia nº 2018NK9J3C, recebida em 20/07/2018 pela Ouvidoria Geral do Estado do Tocantins.	Encaminhado ao TCE por meio do Ofício 943/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/005587) e ao MPE por meio do Ofício nº 942/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/005586). Protocolo de recebimento no TCE – nº 10626/2018.
Fiscalização	Secretaria Geral de Governo	Realizar trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos de despesas.	Foi encaminhado à SEGOV relatório indicando sugestão de melhorias
Inspeção	Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Inspeção com o objetivo de verificar a regularidade na contratação de empresa especializada na prestação de Call Center de atendimento presencial e via web, serviços de faturamento, arrecadação e cobrança.	Encaminhado ao TCE por meio de Ofício 542/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003275) e ao Ministério Público Estadual por meio do Ofício nº 543/2018 GABSEC (SGD nº 2018/09049/003276). Protocolo de recebimento no TCE - nº 06832/2018.
Fiscalização	Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes.	Realizar trabalho de auxílio e apoio técnico presencial e análise de processos administrativos inerentes à folha de pagamento junto aos Recursos Humanos daquela Pasta. (SGD Nº 2018/09049/5775).	Aguarda manifestação do órgão auditado – SEDUC.





7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESTE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA.

Ressalte-se, por oportuno que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, realizou auditoria no processo nº 2017/38960/0212 – Contrato 27/2017 – Rodovia 444/447, na Agência Tocantinense de Transportes e Obras, no exercício em análise, conforme informado no documento às fls. 1161.

8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho, foi informado pela Entidade, como demonstrado, às fls. 1117 a 1122, um quantitativo de 1040 (mil e quarenta) servidores, sendo 227 (duzentos e vinte e sete) servidores efetivos, 18 (dezoito) comissionados, 24 (vinte e quatro) efetivos comissionados, 214 (duzentos e quatorze) celetistas, 2 (dois) celetistas comissionados, 35 (trinta e cinco) efetivos com função comissionada, 16 (dezesesseis) desligados e 504 (quinhentos e quatro) contratos temporários.

b) Em relação aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2018, às fls. 1124 a 1150, informamos que houve admissão de 550 (quinhentos e cinquenta) servidores, sendo que não houve admissão de servidores por meio de concurso, apenas por meio de contratos temporários.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Sérgio Leão, Virgílio da Silva Azevedo e outros** relacionados neste processo, às fls. 06 e 07, **COM RESSALVAS** aos itens 2.2.1.1 alínea “b”, 2.2.1.2, 2.2.1.4, 2.2.3 alínea “b – IV, V, VIII”, 2.2.6, alíneas “b, c, d”, 3.1 alínea “c”, 3.3 alíneas “b, c, d, e, f, g” deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 11 dias do mês de março de 2019.

Assinado eletronicamente

Edinéia Carneiro da Silva
Supervisora/PPA

Assinado eletronicamente

Fleuri Pereira dos Santos
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Maria Alice Vieira Labres
Analista/Supervisora

Assinado eletronicamente

Alcimar Araújo Milhomem
Analista/Técnico





Assinado eletronicamente

Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão Governamental e
Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de
análise e emissão de parecer de auditoria.

Em 11/03/2019.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente